



# O ZAMBEZE

Volume 7 no 2

## Partilha de Benefícios na Gestão Integrada de Recursos Hídricos

por Leonissah Munjoma

Peritos de águas foram instados a adoptar uma abordagem diferente no desenvolvimento e na gestão de recursos hídricos se quiserem aumentar a participação efectiva de partes interessadas ao nível da comunidade.

Eles precisam de discutir os benefícios com as partes interessadas, sejam estes para a agricultura, minas ou qualquer outra área ambiental.

“O desenvolvimento e a gestão de recursos hídricos são sobre benefícios. Nós precisamos de ser quadros diferentes para podermos ter um impacto positivo no seio das comunidades,” disse Jeffer Sakupwanya, perito sobre recursos hídricos para o Projecto do Plano de Acção do Zambeze 6 fase II (ZACPRO 6.2).

É importante destacar que benefícios as comunidades irão tirar da sua participação na Gestão Integrada de Recursos Hídricos (IWRM). É também importante apreciar os benefícios das comunidades porque estes são diferentes daqueles geralmente identificados pelos tecnocratas.

“Ao não ser que os benefícios da participação estejam claros e evidentes, as pessoas não participarão. Essa é a questão crítica. Devemos assegurar que

falamos sobre os benefícios da IWRM na agricultura, ambiente e minas. A questão central é saber qual o proveito que as comunidades podem tirar disto,” disse Sakupwanya.

Porque a IWRM está a ganhar popularidade na coordenação e no desenvolvimento de recursos hídricos na bacia do Zambeze, o foco está também a incidir na discussão em torno da partilha de benefícios derivados dos mesmos recursos.

Isto causou confusão entre algumas partes interessadas que vêem a IWRM e a partilha de benefício como conceitos diferentes, um com mais vantagens que o outro. Este não é o caso.

A IWRM visa promover o desenvolvimento e a gestão coordenadas da água e de recursos relacionados a fim de se maximizar o bem-estar social e económico duma forma equitável. Três elementos chave da IWRM são a equidade, ambiente e eficiência.

continua na página 4



O Zambeze é publicado três vezes por ano pelo Centro de Pesquisa Ambiental, Musokotwane, para a África Austral (IMERCSA) do Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) em parceria com a SADC, IUCN, ZRA, Sida e centros nacionais colaboradores em todos os Estados da bacia.

O boletim é publicado sob o projecto de Relatório do Estado do Ambiente na Bacia do Zambeze (SOE Zambeze). O objectivo é informar aos povos sobre o estado dos recursos ambientais e hídricos na bacia, e promover boas práticas ambientalistas e boa gestão dos recursos hídricos na região da SADC.

Os parceiros do SOE Zambeze agradecem ao Programa 6 de Acção do Zambeze Fase II (ZACPRO 6,2) por apoiarem esta edição do O Zambeze.

#### Equipe Editorial

Leonissah Munjoma, Clever Mafuta,  
Bayano Valy, Figueiredo Araujo, Phyllis Johnson,  
Egline Tauya, Wilson Yule, Patricia Munemo,  
Tigere Chagutah, Admiere Ndhlovu, Sandra Ziswa

#### Centros Nacionais de Colaboração (NCCs)

Development Workshop, Angola;  
Forum for Sustainable Agriculture, Botswana;  
Coordination Unit for the Rehabilitation of the  
Environment, Malawi;  
Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do  
Zambeze (GPZ), Moçambique;  
Integrated Rural Development e  
Nature Conservation, Namíbia;  
National Environment Management Council, e  
Tanzania Gender Networking Programme, Tanzânia;  
Environment Council of Zambia; and  
Campfire Association, Zimbabwe.

#### Tradução para a língua portuguesa

Figueiredo Araujo

#### Maquetização

Tonely Ngwenya

#### Coordenação da produção

Eunice Kadiki

#### Fotos

Todas da ZRA excepto p4 (esquerda),  
CEP; p4 (direita), Africa Wildlife Foundation e p7,  
Water Policy International Ltd.

#### Origem e Impressão

DS Print Media

SARDC, 2006

São bem-vindas contribuições de indivíduos e organizações dentro e fora da região da SADC, sob forma de artigos, notícias e comentários. O editor reserva-se o direito de usar ou não o material, bem como de editar tomando em consideração o espaço disponível.

Correspondências, cartas ao editor e outro material podem ser enviados para o seguinte endereço:

#### O Zambeze

Email cep@sardc.net  
SARDC IMERCSA,  
15 Downie Avenue, Belgravia,  
P.O. Box 5690, Harare, Zimbabwe  
Tel 263 4 791141/3 Fax 263 4 791271  
SARDC Moçambique,  
Rua D. Afonso Henriques, 141, Maputo  
sardc@maputo.sardc.net  
Tel 258 21 490831 Fax 258 21 491178

## EDITORIAL

Após vários anos a dominar o debate internacional sobre gestão transfronteiriça de recursos hídricos, a viragem para o aumento da partilha de benefícios ganhou velocidade na bacia do Zambeze.

O conceito de partilha de benefícios enfatiza o potencial da partilha dos benefícios ambientais e sócio-económicos do que a simples alocação igual de água dos cursos de água transfronteiriços.

A mudança para o aumento da partilha de benefícios é edificada na premissa de que a adopção do conceito na gestão de recursos hídricos transfronteiriços promoverá a cooperação regional em outras áreas.

Estas áreas incluem a geração da hidro-energia, administração ambiental e comércio e desenvolvimento, entre outras.

Os benefícios podem ser obtidos em termos do aumento da produção, criação de trabalho, e nas poupanças, por exemplo, reduzidas despesas do financiamento de medidas de segurança nacional separadas para recursos hídricos partilhados.

Os proponentes também argumentam que o aumento da partilha de benefícios actuará como um mecanismo de prevenção de conflitos visto que os Estados que cooperam, colaboram nos níveis económico e político.

Embora casos isolados de partilha de benefícios existam na bacia do Zambeze, há necessidade de se fazer mais para promover estratégias económicas de cooperação e desenvolvimento mais abrangentes na bacia dentro dos mesmos princípios.

Esta abordagem dentro da Bacia do Rio Zambeze, por exemplo, permitiria que os actores no sector do turismo se posicionassem estrategicamente antes do campeonato Mundial de Futebol a ser realizado na África do Sul, em 2010.

A bacia do Zambeze tem uma larga escala de espectáculos turísticos e assim, a partilha de benefícios permitiria aos Estados da bacia de se beneficiarem do campeonato global de futebol utilizando cada um a sua vantagem comparativa em colaboração com outros, para a optimização de ganhos do previsto aumento de visitas de turistas à região.

Embora tais actividades possam gerar benefícios económicos nacionais consideráveis, o segredo para uma execução bem sucedida e adopção de estratégias mais abrangentes encontra-se na sua aceitação ao nível local.

A Bacia do Rio Zambeze tem uma vasta rede de rios, de onde a maioria dos mais de 40 milhões de habitantes obtêm seus meios de subsistência.

Apesar do seu enorme potencial, pouco foi feito ao nível local em termos de partilha de benefícios.

Talvez o exemplo mais elucidativo é o impacto que a construção da barragem expansiva de Kariba teve nas comunidades locais no vale do Zambeze.

A barragem, da qual a Zâmbia e o Zimbabwe obtêm grandes benefícios económicos tais como o fornecimento de electricidade, fluxo do turismo e pescas, deslocou 57.000 pessoas quando foi construída entre 1955 e 1959.

Ironicamente, muitas dessas pessoas que foram deslocadas ainda não têm acesso à electricidade ou à água potável e corrente até hoje.

Entre os principais desafios a adopção abrangente de estratégias de partilha de benefícios ao longo da bacia será assegurar que mesmo quando a cooperação gerar ganhos maciços para actores nacionais, as desigualdades na distribuição destes ganhos ao nível local sejam evitadas.

Haverá também a necessidade de considerar as ligações entre, e um uso coordenado de ambos as águas subterrâneas e superficiais, que não foram dadas muita atenção.

Juntando a partilha de benefícios, vem a partilha de responsabilidades e de custos. Consequentemente, há uma necessidade de se fortalecer os mecanismos que conduzirão à confiança mútua entre os Estados da bacia.

Todos os Estados da Bacia do Rio Zambeze são signatários ao protocolo revisto da SADC sobre Cursos de Água Compartilhados que entrou em vigor em 2003.

O protocolo procura facilitar a cooperação na utilização de recursos dos cursos de água compartilhados e promover a integração na SADC.

Além disso, sete dos oito Estados que partilham a Bacia do Rio Zambeze assinaram o Acordo da Comissão do Curso de Água do Zambeze em 2004.

Agindo dessa forma, criaram uma comissão mandatada para assegurar o desenvolvimento equilibrado e harmonioso dos recursos hídricos da Bacia do Rio Zambeze, com vista a impedir potenciais conflitos e assegurar a adequada e eficaz partilha de benefícios entre todos os Estados da bacia em particular, e na região da SADC em geral.

A medida em que a partilha de benefícios for transformando-se gradualmente numa realidade mais estabelecida na bacia, haverá uma necessidade de a situar firmemente dentro da estratégia de Gestão Integrada de Recursos Hídricos para a Bacia do Rio Zambeze, começando com a sua adopção para a gestão de recursos hídricos ao nível nos Estados da bacia.

### Destaques...

Partilha de benefícios - mito ou realidade?	3
A fonte do Rio Zambeze	5
Estados da Bacia progredem rumo à meta	6



## Partilha de benefícios na Bacia do Rio Zambeze - mito ou realidade?

por Clever Mafuta

Como o recurso mais compartilhado na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, a Bacia do Rio Zambeze é um bom estudo de caso sobre a partilha de benefícios. A bacia é compartilhada por oito dos 14 Estados Membro da SADC.

Como parte de esforços para facilitar a partilha de benefícios, os acordos políticos transfronteiriços foram implementados, com o objectivo de promover iniciativas de desenvolvimento, colaboração e investimento.

O acordo da Comissão de Gestão de Cursos de Água do Zambeze (ZamCom) oferece um quadro abrangente em torno do qual os oito países da bacia do rio Zambeze procuram em conjunto se beneficiarem dos vastos recursos da bacia.

O acordo da ZamCom foi assinado por sete dos oito países da Bacia do Rio Zambeze em 2004. A Zâmbia necessitou consultar suas partes interessadas antes de assinar o acordo.

Outras iniciativas que apoiam a partilha de benefícios na bacia incluem iniciativas transfronteiriças de conservação, tais como o Projecto Quatro Cantos que envolve Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe, e a iniciativa transfronteiriça de conservação de ZiMoZa que junta Zimbabwe, Moçambique e Zâmbia.

Através das iniciativas de conservação transfronteiriças, os países participantes beneficiam-se em conjunto do turismo, da caça turística e do desenvolvimento infra-estrutural.

Apesar do seu enorme potencial, a Bacia do Rio Zambeze tem muito pouco em termos de partilha de benefícios ao nível local. Este é particularmente o caso de algumas iniciativas de hidro-eléctricas que deslocaram os povos locais prejudicando suas comunidades.

A Bacia do Rio Zambeze tem dois principais esquemas hidro-eléctricos nas barragens de Kariba e de Cahora Bassa.

Uma Comissão Mundial sobre estudo de barragens notou que a iniciativa da barragem de Kariba teve falta de componente partilha de benefícios tendo sido deslocadas 57.000 pessoas devido ao reservatório.

Embora a barragem de Kariba seja vital para o fornecimento regional de electricidade e traz muitos benefícios económicos, os povos deslocados não têm nenhum acesso à electricidade ou à água corrente.

Em 1996, a Autoridade do Rio Zambeze (ZRA) reconheceu a necessidade de reparações como parte dos esforços para a partilha de benefícios com as comunidades que foram deslocadas por causa da barragem de Kariba.

Embora não aceitando nenhuma responsabilidade pelo forçado deslocamento, a ZRA reconheceu que o reassentamento não tomou em consideração as necessidades e preocupações dos povos afectados.

A ZRA reconheceu também que nenhuma compensação ocorreu no caso daqueles que foram deslocados no Zimbabwe, ou foi extremamente insuficiente para o caso daqueles deslocados na Zâmbia.

Com base da sua própria avaliação da falta de partilha de benefícios em torno do projecto da barragem de Kariba, a ZRA estabeleceu o Fundo de Desenvolvimento do Vale do Zambeze em 2000, e recomendações foram feitas aos governos da Zâmbia e do Zimbabueano para a execução de projectos de desenvolvimento como resposta às necessidades básicas na zona.

O Fundo de Desenvolvimento do Vale do Zambeze está a ser usado para apoiar as comunidades deslocadas através da abertura de poços de água, cultivo e fornecimento de moageiras.

Um *workshop* organizado pelo Instituto Internacional de Águas de Estocolmo (SIWI) notou que a melhor forma de facilitar o desenvolvimento transfronteiriço é compartilhando os benefícios entre todas as partes.

O SIWI notou também que a partilha de benefícios não é somente a alocação física de recursos hídricos mas também a partilha dos benefícios ambientais e sócio-económicos baseados no desenvolvimento económico e na integração regionais. □

## Iniciativa de consciencialização sobre IWRM para a Divisão de Águas da SADC

por Hastings Chikoko

A Divisão de Águas da SADC desenvolveu uma iniciativa de criação de consciência visando os decisores séniores em todos os sectores e os meios de comunicação social na África Austral.

A iniciativa procura acrescentar valor ao desenvolvimento e à execução de planos de IWRM na Bacia do Rio Zambeze e em toda a região da SADC.

Um recente estudo global sobre IWRM revelou que muitos Estados Membro da SADC iniciaram o processo para o desenvolvimento de estratégias nacionais de IWRM.

O relatório, lançado pela Parceria Global da Água (GWP), em Fevereiro de 2006, mostra o estatuto da reforma da gestão da água na África Austral desde a Cimeira Mundial de 2002 sobre o Desenvolvimento Sustentável (WSSD) em Joanesburgo.

Na altura do WSSD, três dos 14 Estados Membro - Namíbia, África do Sul e Zimbabwe - já estavam avançados na sua preparação de estratégias de gestão de recursos hídricos e já tinham decretado legislações consistentes com os princípios da IWRM.

Hoje, mais sete países estão no processo de preparação de estratégias ou planos nacionais mas requerem trabalho adicional para responderem às exigências da abordagem de IWRM.

Zâmbia e Malawi estão a desenvolver planos nacionais programados para conclusão até Setembro 2007, assim aumentando o número dos Estados da bacia que abraçaram inteiramente a IWRM.

Na Cimeira de Joanesburgo, concordou-se que os princípios de IWRM são fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

Assim, o Artigo 25 do Plano de Implementação da WSSD apelou a todos os países a "desenvolverem a gestão integrada de recursos hídricos e planos eficientes das águas até 2005."

O relatório da GWP indica que a preparação de políticas, de estratégias e de planos de IWRM foi dificultada por uma falta de recursos financeiros e humanos.

Um apoio urgente é consequentemente necessário para ajudar os Estados Membro da SADC na implementação de planos e de estratégias de IWRM, especialmente naqueles países que ainda não registaram muito progresso na formulação de seus planos.

"A GWP continuou a apoiar e acrescentar valor aos processos nacionais de IWRM em toda a bacia do Zambeze e na região da SADC como um todo, para assegurar que a IWRM esteja a ser integrada no quadro do desenvolvimento nacional," diz Ruth Beukman, secretária executiva da GWP na África do Sul.

A SADC está fornecendo um quadro estratégico eficaz para a IWRM através do Plano de Acção Estratégico Regional (RSAP).

O RSAP foi aprovado pelos Estados Membro para assegurar que a gestão e o desenvolvimento de recursos hídricos contribuam adequadamente para a erradicação da pobreza, integração regional e para o desenvolvimento sócio-económico duma maneira sustentável.

"Nosso plano estratégico regional de IWRM - o RSAP - centra-se no planeamento, gestão e desenvolvimento de recursos hídricos, desenvolvimento de infra-estruturas, edificação da capacidade e governação da água," diz Phera Ramoeli, gestora sénior do programa de águas na Divisão de Águas da SADC. □



## Partilha de benefícios na IWRM

continuação da página 1

No contexto da equidade, o acesso é um elemento chave que envolve a partilha de benefícios. Esta é uma mudança da anterior abordagem sobre a partilha da água de forma igual. Houve um reconhecimento da necessidade de partilha dos benefícios que resultam da IWRM.

“Isto é porque quando as pessoas vêm benefícios, elas participam. Há muitos benefícios, incluindo a saúde, turismo, pescas, terras húmidas para a mitigação das inundações, produção agrícola, e fornecimento de água em geral,” disse Sakupwanya.

Zebediah Phiri, gestor do projecto ZACPRO 6.2, disse que a IWRM é sobre a maximização de benefícios e sua partilha equitativa, tornando a partilha de benefícios inerente à definição da IWRM.

IWRM é um conceito que foi abraçado pela maioria de países da SADC, incluindo os Estados da bacia do Zambeze. Os países adoptaram políticas acessíveis sobre a IWRM, leis, planos e instituições para poderem ganhar o apoio da maior parte de partes interessadas, notou Phiri.

Ele disse que a partilha de benefícios deve também ser um ingrediente chave da gestão e do desenvolvimento da água nos níveis local e nacional.

Visto dessa forma, será fácil para os Estados da bacia apreciarem o conceito e relacioná-lo aos muitos exemplos de partilha de benefícios que já existem ao nível local, dentro e entre os Estados na bacia do Zambeze.



Comunidades desfrutando dos benefícios dos recursos naturais.

Phiri e Sakupwanya notaram que o desafio está na operacionalização do conceito de partilha de benefícios. Enquanto os benefícios possam ser aparentes aos níveis nacional e transfronteiriço e são frequentemente realizados, podem não ser atingidos pelas comunidades.

Sakupwanya notou que poucas pessoas se beneficiam de alguns projectos nacionais de grande dimensão tais como estações de hidro-energia. Por exemplo, quando a barragem de Kariba foi construída, a população Tonga podia ter se beneficiado da electrificação rural.

“Deve haver uma política deliberada do governo visando as comunidades afectadas.”

De experiência própria, as necessidades da comunidade são modestas. Esperam infra-estruturas tais como poços que ajudam a reduzir a distância que andam para cartar água, e esquemas de irrigação de pequena escala para a agricultura de subsistência ou para a venda. Isto faz uma grande diferença nas suas vidas.

“Assim que virem os benefícios, guardarão os recursos com zelo. Irão criar estruturas para os proteger contra a exploração. É sobre benefícios,” disse Sakupwanya.

Deu exemplos de onde isto foi feito pelo Chefe Mukuni perto da cidade de Livingstone na Zâmbia e o projecto do Campfire do Zimbabwe onde as comunidades gozam de benefícios dos recursos naturais locais tais como animais selvagens e água.

Ele disse que a estratégia de IWRM do ZACPRO 6.2, actualmente sendo formulada, deve responder às questões relacionadas com a partilha de benefícios. O projecto deve sensibilizar os governos sobre a importância de partilhar os benefícios dos recursos da bacia do Zambeze entre comunidades. Mas é importante que esteja patente na estratégia.

Um dos produtos do ZACPRO 6.2 é a formulação de uma estratégia de IWRM para a bacia do Zambeze. O processo que está em curso desde a inceptação do projecto alcançou agora um estágio avançado com o envolvimento de consultores para ajudar partes interessadas a definir a estratégia.

Phiri advertiu que a partilha de benefícios tornou-se num “chavão” mas não significa a mesma coisa para todos. Este não deve ser o caso porque a partilha de benefício deve ser vista como “um nome novo para coisas velhas”.

“O panorama é encorajador mas como sempre o real desafio encontra-se na implementação e seguimento. Uma vez que IWRM é um processo, o processo parece estar em movimento mas quando é que os benefícios começarão a ser vistos fluindo equitativamente...?” ele questionou. □

### Consultores irão formular estratégia de IWRM para a Bacia do Rio Zambeze

A Autoridade do Rio Zambeze engajou consultores para formularem uma Estratégia Integrada de Gestão de Recursos Hídricos (IWRM) para a Bacia do Rio Zambeze.

Foi seleccionada a Arcadis Euroconsult depois de um longo processo que iniciou em Abril deste ano. Começou o trabalho em Setembro e espera-se que trabalhe na formulação da estratégia nos próximos 18 meses.

A ZRA é a agência implementadora do projecto 6 do Plano de acção do Zambeze, fase II (ZACPRO 6.2), e a estratégia é um dos principais produtos do projecto.

A objectivo geral da estratégia de IWRM é definir um conjunto de medidas a meio e a longo prazo que apoiem o alcance da utilização equitativa e sustentável dos recursos hídricos partilhados do Zambeze para a justiça social e ambiental, integração regional e benefício económico para as gerações actuais e futuras.

O objectivo geral da estratégia é apoiado por dois objectivos:

- Realizar a avaliação dos recursos hídricos para a Bacia do Rio Zambeze.
- Desenvolver uma estratégia de gestão de recursos hídricos para responder às questões prioritárias de gestão de recursos hídricos para a Bacia do Rio Zambeze. □



# A ilusória fonte do Rio Zambeze

por Leonissah Munjoma

A fonte do poderoso rio Zambeze, cuja bacia suporta mais de 40 milhões de pessoas na África Austral, não é tão dramática como se poderia imaginar.

É tão ilusória e misteriosa mas muito simbólica, ocultado dentro de 30 hectares de floresta pristina. Começa com um fio de água.

Quando fiz uma viagem à fonte do rio Zambeze, fui convencida de que iria ver mais do que alguma vez vi em fotos. Eu estava certa que os fotógrafos tinham falhado o seu alvo.

Eu tinha imaginado uma fonte com água brotando em grande quantidade da terra ou um grande reservatório que eventualmente drenaria nos 2.700 quilómetros de um rio que corre como uma serpente por oito pa ses na África Austral no seu percurso para o delta do Zambeze em Moçambique e no Oceano Índico.

Em vez disso, o que vimos, com outros dois colegas do Projecto 6 do Plano de Acção do Zambeze, fase II (ZACPRO 6.2), foi um pequeno lugar húmido um pouco abaixo de uma árvore derrubada muito perto de onde as fronteiras da Zâmbia e da República Democrática do Congo se encontram no farol internacional número 43.

É por baixo deste lugar húmido que o rio nasce para a vida, mas permanece dormente até alguns metros abaixo da montanha quando bate na superfície.

O Rio Zambeze é o mais partilhado na região e desvia o seu percurso para outros sete pa ses numa maneira insignificante.

É difícil acreditar que este é o início do gigantesco canal que fornece a hidro-energia, os alimentos, a sustentabilidade económica, o transporte e o lazer para milhões de pessoas.

Uma viagem de canoa no baixo Zambeze leva-o contra nos para ventos e ondas fortes que quase fazem virar a sua embarcação. Os perigos que enfrenta são crescentes.

As pessoas não têm o mesmo sentimento na fonte deste rio, é pacífica e serena.

Antes de chegar à fonte, vimos as áreas onde a água jorra da terra e desce em forma de um fio dando forma ao riacho que eventualmente se transforma no poderoso Zambezi.

“Muitas pessoas publicaram esta como sendo a fonte, mas esta não é, lá na fonte real do Rio Zambeze não há água na superfície.”

Aqui é somente onde a água vem à superfície,” disse Ford Sambundu, nosso guia turístico.

Foi uma longa caminhada subindo a montanha, tendo em mente a nossa ansiedade. Na nossa caminhada para cima da montanha Sambundu disse-nos o que poderia, mostrando conhecimento surpreendente da biodiversidade encontrada no redor, principalmente da floresta de miombo.

Mostrou-nos algumas plantas medicinais, tomando cuidado extra para não divulgar nomes das árvores e o que curam.

“Nós temos que ter cuidados para não mostrarmos todos nossos segredos para evitar a exploração do conhecimento,” disse.

Explicou o estonteante cenário ao longo do recentemente construído trajecto que leva à fonte. O cenário mostra alguns dos valores dos povos locais Lunda do noroeste da Zâmbia.

Quando finalmente chegamos à fonte, que não tem água na superfície, ficamos todos excitados mas tivemos muitas

perguntas sobre como este lugar poderia ter sido identificado como a fonte.

Sambundu tentou o seu melhor para dar uma explicação geográfica sobre a formação do Rio.

“A água é de uma formação de rochas. Isto é encontrado onde duas rochas, uma dos montes Kalene e outra da bacia do Congo se encontram, e elas têm uma grande abertura entre elas com água que flue de baixo até alcançar a superfície e dá forma ao rio,” ele disse.

O nome Zambeze, do qual derivou o nome Zâmbia, é de uma palavra yambezhi local, que significa o “coração de tudo.”

Este nome é um tributo dos povos locais a um rio que jogou e continua a jogar um papel crucial nas suas vidas.

O Rio Zambeze tem muitos tributários com o primeiro, o Kangwadi, juntando-se a aproximadamente 1.6 kms da fonte.

Neste ponto, o rio começa a alargar-se. O segundo tributário, o Matonji, junta-se a 5 kms a jusante do Rio ainda dentro da Zâmbia.

Quisemos percorrer os 5 kms para ver o rio a alargar-se, mas a área é intransitável devido à vegetação e às árvores.

É isto que o torna misterioso porque não se pode ver muito mais do que do ponto onde se pode estar. Deixa-nos indagados e a imaginar coisas.

A terra parece-se com uma nascente de água. Uma que parece poder abrir-se a qualquer altura e engolir-nos para a água abaixo do solo.

Fazer uma viagem à fonte do poderoso Zambeze pode ser igualado a uma viagem para encontrar o espírito de alguém e provavelmente não o encontrar.

Este permanece tão misterioso como quando alguém tenta imaginar como este se parece antes de fazer a viagem. Nós queremos ver algo gigantesco e dramático mas apenas não acontece. □



Começo modesto.... a fonte do curso de água providência hidro-energia, alimentação, sustento económico, transporte e lazer a milhões de pessoas e fauna bravia



## Objectivos do Desenvolvimento do Milénio

# Os Estados da bacia progridem rumo ao alcance das metas relacionadas com água e saneamento

por Eglina Tauya

Os Estados da bacia do Zambeze registaram progressos significativos rumo ao alcance das metas de água potável e do saneamento traçadas nos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODMs).

Ao adoptar os ODM, os Estados da bacia, como o resto do mundo, prometeram reduzir pela metade, a proporção dos povos sem acesso à água potável segura e saneamento básico, entre 1990 e 2015.

De acordo com o relatório de 2006 do Programa Conjunto de Monitoria (JMP) do WHO/UNICEF, Angola deu largos passos na expansão da sua cobertura da água potável, mas necessita elevar os níveis básicos de saneamento.

No período 1990-2004, a proporção de pessoas com acesso à água potável de 36 a 53 por cento da população total de Angola.

Durante o mesmo período, o acesso de Angola ao saneamento básico caiu de 62 a 56 por cento nas comunidades urbanas, e de 19 a apenas 16 por cento nas áreas rurais.

Aurora Jeremias, mãe de cinco filhos que vive no distrito de Mavinga em Angola, observou melhorias na qualidade de vida da sua família.

“As crianças costumavam morrer aqui, mas ninguém via que realmente era por causa da água. Tiveram diarreia ou sarnas. Tivemos muitas destas doenças, mas já não temos mais,” disse num relatório conduzido pela Agência de imprensa Angolana, Angop.

A agência noticiosa do Botswana relata que Botswana, que comemora 40 anos de independência, está também em curso para assegurar o acesso universal à água potável e segura. A proporção aumentou de 77 por cento da população do país em 1990 a quase 98 por cento em 2004, enquanto que o saneamento, no mesmo período, aumentou de 38 a 42 por cento.

O acesso à água potável e segura no Malawi aumentou de 40 por cento em 1990 a 73 por cento em 2004.

Num esforço para alcançar a meta relacionada com a água potável e segura, o governo do Malawi está a planear aumentar o número de poços e de esquemas de água, e intensificar a manutenção dos poços e dos esquemas de água existentes através da participação activa das comunidades na gestão da água.

Malawi encontra-se entre os que registam melhores desempenhos na região visando melhorar o acesso ao saneamento básico com um aumento de 41 por cento em 1990 a 61 por cento em 2002.

As cheias experimentadas nos inícios de 2006 no Malawi, entretanto, reduziram o nível do saneamento uma vez que muitas crianças abaixo dos 5 anos de idade foram afectadas pela diarreia.

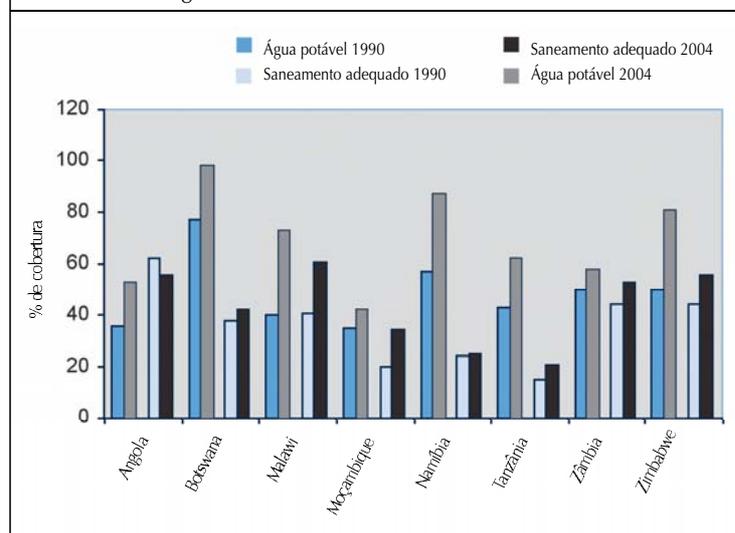
De acordo com o *Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Moçambique 2005*, a média nacional de acesso à água potável e segura aumentou de 35 por cento em 1990 a aproximadamente 42 por cento em 2005, enquanto que o saneamento aumentou de 20 a 34 por cento no mesmo período.

A grande maioria da população é servida por soluções “locais”, latrinas melhoradas ou tanques sépticos, ou por soluções híbridas, construídas essencialmente por iniciativas privadas e não alistadas eficazmente, o relatório notou.

Na República Unida da Tanzânia, 43 por cento da população rural tiveram acesso à água potável e segura em 1990.

Desde então o governo tem melhorado o fornecimento de água às comunidades rurais com a provisão de novos poços e reabilitação dos já existentes, e desenvolvimento das tubagens.

Cobertura de água e saneamento nos Estados da Bacia do Zambeze



Como resultado, a proporção da população em áreas rurais com acesso à água potável quase duplicou. Em áreas urbanas o acesso à água potável é quase universal.

O progresso na provisão do saneamento básico entretanto tem sido lento. Em 1990, 15 por cento da população rural teve acesso ao saneamento básico tais como autoclismos ou latrinas melhoradas e com ventilação. Em 2004 este quadro aumentou para 21 por cento.

Pelo menos 56 por cento de zambianos não têm nenhum acesso às fontes de água potável, bem como, cerca de 90 por cento não têm nenhum acesso às facilidades satisfatórias de saneamento, de acordo com o Ministério das finanças e planeamento nacional.

O acesso às fontes de água potável é estimado em 86 por cento da população nas áreas urbanas e em 37 por cento nas áreas rurais.

A Zâmbia continua a lutar com um surto de colera, que até agora afectou cerca de 5.526 pessoas e matou 137 pessoas durante a estação chuvosa 2005-2006.

A falta de água potável e segura e a venda de frutas e vegetais sem cuidados de higiene nas ruas foram identificados como as causas principais da propagação da colera.

No Zimbábue, o movimento das pessoas sob o programa da reforma da terra perturbou o progresso. Entretanto, o relatório de progresso nacional dos ODM para 2004 indica que 81 por cento da população total têm acesso à água potável e segura, enquanto que 56 por cento têm acesso ao saneamento seguro.

Estes números representam uma ascensão dos números de 1990 de 50 por cento e de 44 por cento para a cobertura segura da água e do saneamento, respectivamente.

A meta para o Zimbábue é alcançar 100 por cento de casas com acesso à água e saneamento seguros até 2015.

Para quase todos os Estados da bacia, a rápida urbanização, que resulta em estabelecimentos informais, reduziu o nível do saneamento.

Outros desafios incluem a falta da participação dos utilizadores na elaboração e na execução de projectos relacionados com a água e saneamento; a falta do empoderamento das mulheres como agentes poderosos da mudança das práticas de higiene; e a baixa prioridade à água e ao saneamento. □



# Previsão duma época chuvosa normal

por Tigere Chagutah

**P**eritos em questões meteorológicas na região prevêem uma época chuvosa normal para a estação 2006/07.

O panorama foi preparado por cientistas sobre questões climatéricas dos serviços meteorológicos e hidrológicos nacionais dentro da região da SADC, assim como pelo Centro da SADC de Monitoria da Seca em Harare, e o Instituto de Pesquisa Internacional para o Clima e Sociedade.

De acordo com o 10º Fórum Regional da África Austral sobre o Panorama Climatérico (SARCOF-10), que se reuniu no Botswana em Setembro, a época chuvosa terá duas partes - Outubro-Dezembro 2006 e Janeiro-Março 2007.

## Outubro-Dezembro 2006

Na primeira metade da época, as partes do norte da SADC têm grande possibilidade de receber chuvas normais e acima do normal - República Democrática do Congo (RDC), nordeste de Angola, norte da República Unida da Tanzânia, a maior parte do norte da Zâmbia, sul do Malawi, e parte do norte de Moçambique.

Também há previsão de chuvas acima do normal na maior parte da África do Sul, da Namíbia, de Madagáscar, do Botswana, da Suazilândia, de Angola e todo o Lesotho.

Em outras parte na região, durante a primeira parte da época, registar-se-ão chuvas normais e abaixo do normal.

Isto cobre outras partes da Tanzânia, a maior parte de Moçambique, norte do Malawi, sul e extremo nordeste da Zâmbia, Zimbabwe, partes do norte da África do Sul e da Suazilândia, a maior parte do Botswana, a maior parte de Angola, Namíbia, extremo sul da África do Sul, parte do noroeste de Madagáscar e Maurícias.

## Janeiro-Março de 2007

A maioria das partes da SADC vêm aumentadas as possibilidades de receberem chuvas normais e acima do normal durante Janeiro-Março de 2007. O norte da Tanzânia tem grande possibilidade de receber chuvas acima do normal.

Entretanto, alguns lugares podem receber chuvas normais e abaixo do normal - a parte do sudoeste da RDC, grande parte de Angola, Zâmbia ocidental, extremo ocidental do Zimbabwe, Botswana, maioria parte da Namíbia, grande parte da África do Sul, Lesotho, e a maior parte da Suazilândia.

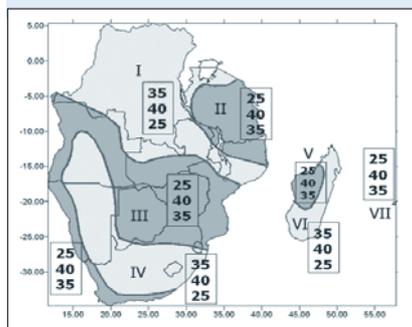
A previsão do SARCOF vem numa altura em que os peritos internacionais sobre questões meteorológicas advertiram sobre o desenvolvimento de condições de EL Niño em todo o Oceano Pacífico, um desenvolvimento que pode estragar as perspectivas duma boa época agrícola na África Austral.

Numa actualização do EL Niño emitida no fim de Setembro, a Organização Mundial de Meteorologia (WMO) disse que o desenvolvimento "de um fraco a moderado EL Niño ao longo da bacia é provável e que tal evento persistiria até inícios de 2007," notando que a situação é provável tornar-se clara em Dezembro.

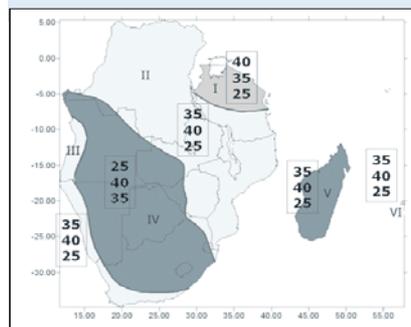
As temperaturas da superfície do mar no Pacífico equatorial oriental perto da costa da América do Sul tornaram-se quentes nos finais de Julho, enquanto que os padrões oceânicos e atmosféricos no Pacífico central e ocidental começaram também a se assemelhar às circunstâncias típicas de um estágio inicial do evento de um EL Niño em Agosto.

O efeito do EL Niño foi associado com os precedentes períodos de seca na África Austral. O fenómeno faz com que a temperatura do mar subam significativamente e que o ar torne-se seco, afectando o processo da formação de chuvas. □

## Previsão duma época chuvosa normal Outubro-Dezembro 2006



## Previsão duma época chuvosa normal Janeiro-Março de 2007



Os números para cada zona indicam as probabilidades de chuvas. O número superior indica a probabilidade de chuva que ocorre na categoria acima do normal, o número médio é para o normal e o número inferior é para abaixo do normal.

## Moçambique toma controle maioritário de Cahora Bassa

**O** presidente moçambicano Armando Guebuza e o primeiro Ministro Português José Sócrates assinaram um acordo para a transferência do controle da barragem de Cahora Bassa para Moçambique.

O acordo assinado a 31 de Outubro de 2006 operacionaliza um Memorando de Entendimento assinado pelos dois governos em Lisboa um ano antes. A implementação do acordo atrasou porque a Eurostat, a agência estatística da união europeia, estava a investigar se o negócio estava de acordo com regras da UE sobre défices orçamentais.

Portugal deteve 82 por cento da barragem enquanto que Moçambique sempre deteve somente 18 por cento desde a independência em 1975.

O negócio indica que Portugal irá cancelar mais do que a metade dos estimados US\$2 biliões de dívida que reivindicou para à sua Tesouraria da Hidroeléctrica Cahora Bassa (HCB), companhia que opera a barragem, e em vez disso cobrar cerca de US\$950 milhões de Moçambique vendendo dois terços da barragem.

A nova estrutura accionista dá a Moçambique 85 por cento das acções da HCB, ficando Portugal com os 15 por cento restantes.

Cahora Bassa constitui um enorme potencial de desenvolvimento para a bacia do Rio de Zambeze e para a região da SADC como um todo.

Após a cerimónia de assinatura, Guebuza notou que o controlo da barragem é primeira etapa para "apressar os nossos passos rumo ao alcance do bem estar dos Moçambicanos." Ele disse que as negociações sobre Cahora Bassa "são um exemplo de como, duma forma calma e sincera, os obstáculos podem ser superados e são derivados benefícios mútuos."

A HCB, continuou, transformar-se-á agora "num instrumento fundamental na prossecução dos nossos objectivos, procurando erradicar a pobreza através da promoção do desenvolvimento e fazer o uso total do potencial do vale do Zambeze."

Espera-se que o controlo local da barragem impulse os programas de electrificação rural na bacia.

Ademais, Guebuza afirmou que o controlo da maior parte das acções da barragem por Moçambique abrirá espaço para as companhias internacionais e regionais que estavam relutantes em investir no sector de energia por causa do impasse sobre Cahora Bassa. □



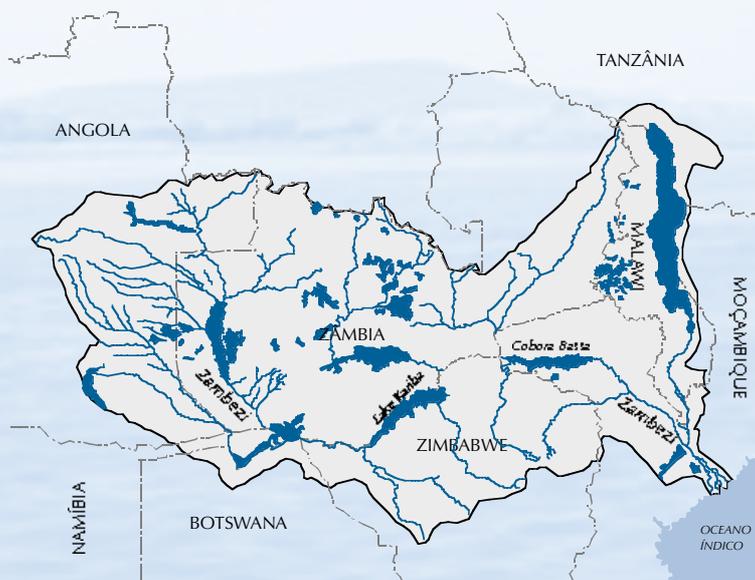
# UM OLHAR SOBRE O ZAMBEZE

## O Rio Zambeze

- Nasce no Planalto Africano Central nas Colinas de Kalene no noroeste da Zâmbia e corre através de oito países situando-se o seu delta em Moçambique e no Oceano Índico.
- Irriga uma área de mais de 1.4 milhão de km quadrados, cobrindo áreas de Angola, Botswana, Malawi, Moçambique, Namíbia, Tanzania, Zâmbia e Zimbabwe.
- Alimenta as Cascatas de Victória, popularmente identificadas como uma das sete maravilhas naturais do mundo, bem como as barragens hidroelectricas de kariba e Cahora Bassa e as suas albufeiras.

## A Bacia do Zambeze

- É a mais partilhada na África Austral e a terceira mais larga em África depois do Congo e do Nilo.
- Cobre cerca de 25 por cento do total da área geográfica dos oito países ribeirinhos, numa área estimada em 5.6 milhões de km quadrados.
- É o lar para mais de 40 milhões de pessoas da SADC sobre uma população total de mais de 200 milhões de pessoas.
- Acolhe áreas urbanas como Luena em Angola, Kasane no Botswana, Tete em Moçambique, Katima Mulilo na Namíbia e Mbeya na Tanzania, quase que todos os centros urbanos na Zâmbia, incluindo a capital, Lusaka, todos os centros urbanos no Malawi, a maior parte no Zimbabwe, incluindo Harare.
- Contém o Lago Malawi/Nyasa/Niassa cobrindo 28.000 km quadrados, o terceiro maior lago de água doce em África depois dos Lagos Victoria e Tanganyika e é o terceiro maior do mundo em termos de profundidade.



Esta edição do *O Zambeze* foi apoiada pelo Programa 6 de Acção do Zambeze Fase II (ZAPCRO 6.2)

